

## ATA N.º 12/2012

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 34 minutos

Encerramento: 16 horas e 59 minutos

No dia dezanove do mês de março de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha  
Carlos António Pinto Coutinho  
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos  
Maria Gabriela Gambóias dos Santos  
Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta e quatro minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	<b>Câmara Municipal Presidência/Vereação</b>		
	<b>Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores</b>		
1	Aprovação da ata da reunião anterior		
2	Doação de computadores pela Fundação Belmiro de Azevedo		
	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>		
	<b>Apoio Jurídico</b>		
3	Legislação síntese	Inf. A.J. n.º 47/2012, de 14 de março	
	<b>Subunidade Orgânica de Contabilidade</b>		

4	Resumo Diário de Tesouraria		
	<b>Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças</b>		
5	Realização de evento musical	Reg. entrada n.º 3558, de 09-03-2012	Carlos Gonçalo Batista
6	Concessão de licença especial de ruído / Despacho a ratificação	Proc. 10/2012, de 01.03	Valter Portos Dias da Silva
7	Concessão de licença especial de ruído / Despacho a ratificação	Proc. 11/2012, de 09.03	Maria Gabriela Oliveira Borracha Oliveira
8	Pedido de alargamento de horário de funcionamento / Bar O Gasolinas/ Despacho a ratificação	Reg. 2867, de 24.02.2012	Maria Gabriela Oliveira Borracha Oliveira
	<b>Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Gestão de Recursos Humanos</b>		
9	Renovação de contrato de prestação de serviços – José Domingos dos Santos	Informação n.º 15/2012	
	<b>Subunidade Orgânica de Património</b>		
10	Hasta pública para a arrematação da concessão do direito de exploração do bar existente na piscina de Samora Correia		
11	Pedido de prorrogação do prazo para início de construção no lote 39 da Urbanização Vale Bispo na Barrosa		Inês Branco de Almeida Vieira Correia e Luís Manuel de Jesus Ribeiro
12	Antigo posto de viação e trânsito do Porto Alto, freguesia de Samora Correia, concelho de Benavente / Propriedade do Estado		Ministério das Finanças – Direção Geral do Tesouro e Finanças
	<b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b>		
	<b>Apoio Administrativo às Obras</b>		

	<b>Municipais</b>		
13	Empreitada de: “Conservação e Restauro de Marmoreados no Edifício dos Paços do Concelho de Benavente” - Correção de Anomalias / Acionamento de caução e reforço de caução / Informação Complementar	4.1.1/28.12-2004	MATEUS & IRMÃOS, Lda.
14	Empreitada de: “Construção da Escola Pré-Primária Benavente – 1.ª Fase” - Correção de Anomalias / Acionamento de caução	4.1.1/08-2005	MATEUS & IRMÃOS, Lda.
15	Empreitada de: “Execução de pinturas na E.N. 515 entre Benavente e Foros da Charneca” - Receção Definitiva / Cancelamento de Garantia Bancária	4.1.1/09-2007	SNSV – Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda.
	<b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b>		
16	Licenciamento da Urbanização	17258/1994	Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira
17	“ “	6/2005	António Gonçalves de Matos
18	“ “	1031/2011	Delta - Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda. e Fatem - Máquinas, Empilhadores, Tratores e Autobetoneiras
	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa</b>		
19	12.ª Edição do Encontro de Antigos Jogadores, Treinadores e Dirigentes do Andebol de Benavente – Pedido de apoio		A Comissão Organizadora 2012
20	Carnaval 2012 - Agradecimento		ARCAS – Associação

			Recreativa e Cultural Amigos de Samora
21	<b>Período destinado às intervenções dos membros da Câmara</b>		
22	<b>Período destinado às intervenções dos munícipes</b>		
23	<b>Aprovação de deliberações em minuta</b>		

## RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>		
	<b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b>		
1	II.ª Alteração do Orçamento e às Grandes Opções do Plano / Proposta		
	<b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b>		
	<b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b>		
2	Empreitada de: “Parque Ribeirinho de Samora Correia – Arranjo Urbanístico” - Deficiências de Construção / Acionamento de caução	4.1.1/5 - 2001	MIMOGAL – Construção Cívica, Lda.
	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa</b>		
3	Desafio Audace FPCUB “I Audace Alpiarça/Alcochete/Alpiarça – 1 de abril - Pedido de Parecer		Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
4	11.º Passeio de Ciclismo Lisboa/Alpiarça/Lisboa – 3 de junho - Pedido de Parecer	Inf. SOASE n.º 022/2012	Município de Alpiarça

5	Montagem de Estrutura de Sombra	Augusto Marques e Anabela Martins
---	---------------------------------	--------------------------------------

Secretariou a Chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, coadjuvada por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

**AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO:** Verificou-se a ausência do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, que se apresentou no decurso da reunião, conforme em local próprio desta ata se assinala.

## **01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação**

### **01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores**

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

### **Ponto 2 – DOAÇÃO DE COMPUTADORES PELA FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO**

Entidade: Universidade Sénior do Concelho de Benavente

Assunto: Por iniciativa de alguns amigos da Universidade Sénior do Concelho de Benavente que contaram com o apoio da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, foi solicitado à Fundação Belmiro de Azevedo a doação de computadores para o polo desta Universidade, em Santo Estêvão.

A Fundação respondeu ao pedido de forma favorável e vem agora doar à Câmara Municipal de Benavente: 9 computadores HP 7700; monitores HP / COMPAC/SUN; 9 teclados; 9 ratos e 18 cabos.

A doação será feita à Câmara Municipal para que os técnicos de informática da Câmara possam instalar os computadores em questão, bem como os programas necessários ao seu funcionamento.

A professora de Informática do polo de Santo Estêvão considera que estes computadores estão em bom estado e que são superiores a alguns dos aparelhos que lá se encontram e que estão danificados devido à humidade, pelo que solicita que sejam aceites estes computadores.

Por este motivo e dado o numero elevado de alunos a querer frequentar as aulas de informática em Santo Estêvão (3 turmas), a Universidade Sénior do Concelho de Benavente agradece a colaboração da Câmara Municipal caso considere aceitar esta doação.

O valor residual do imobilizado é de 0,00 euros.

Com os melhores cumprimentos

A equipa de Coordenação  
Leonor Gonçalves  
Inês Correia  
Gertrudes Pardão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a doação do material informático em apreço, em benefício do inventário municipal.

## **02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro**

### **02.01.03- Apoio Jurídico**

**Ponto 3 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 08 E 14 DE MARÇO DE 2012 E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA**

**Informação A.J. n.º 47/2012, de 14 de março**

**Decreto-Lei n.º 55/2012**, do Ministério da Administração Interna, publicado no D.R. n.º 51, Série I de 2012-03-12 - Fixa os valores dos fatores relativos à verba mínima por autarquia e ao coeficiente de ponderação por eleitor que integram a fórmula constante do n.º 2 do artigo 163.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, para o cálculo da comparticipação do Estado nas despesas com o referendo local (**PC e restantes membros da CMB; GAPV; PAMB, DMAF; AJ; SOEGA; SOP**);

**Lei n.º 12/2012**, da Assembleia da República, publicada no D.R. n.º 52, Série I de 2012-03-13 - Revoga o Código Florestal (**PC e restantes membros da CMB; Vereador Miguel Cardia; SMPC; AJ**);

Foi publicada nota no Diário da República n.º 52, Série II de 13 de março de 2012, de que foi publicado um suplemento ao Diário da República, n.º 50, de 9 de março de 2012, onde foi inserido o seguinte:

**Declaração de Retificação n.º 12-A/2012**, da Presidência do Conselho de Ministros que, retifica o Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de março, relativa aos veículos em fim de vida, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2012 (**DMAF; AJ; DMOMASUT; GOM; DMOPPUD; SOOP; GU; Fiscalização**);

**Despacho n.º 3762/2012**, do Ministério da Administração Interna - Gabinete do Ministro, publicado no D.R. n.º 53, Série II de 2012-03-14 - Transferências de competências dos Governos Cívicos – contraordenações (**PC; DMAF; AJ; DMOMASUT; GEVO; Fiscalização; TT; Vereador Miguel Cardia**).

## **02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade**

### **Ponto 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA**

Presente o documento em epígrafe, com o número cinquenta e quatro, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: nove mil, duzentos e oitenta e um euros e trinta e dois cêntimos sendo seis mil, duzentos e setenta e três euros e oito cêntimos em dinheiro e três mil, oito euros e vinte e quatro cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 00350156000009843092 – duzentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e três euros e trinta e três cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000280563011 – cinquenta e cinco mil, setecentos e dezoito euros e oitenta e um cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000061843046 – quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 0035015600001470473069 – duzentos e sessenta e cinco mil, cento e vinte e sete euros e trinta e sete cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 0035015600001496353057 – setecentos e cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos;

#### **C.G.D – BNU**

Conta - 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016785430 – treze mil, oitocentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016786230 – dezanove mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016788930 – quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos;

#### **C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016784630 – nove mil, trezentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos;

#### **C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016789730 – quinhentos e sessenta e quatro euros e trinta e três cêntimos;

#### **B.C.P. – Benavente**

Conta - 003300000005820087405 – quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta euros e noventa e cinco cêntimos;

#### **BNC – Samora Correia**

Conta - 004602561087080018636 – dois mil, trezentos e vinte e um euros e seis cêntimos;

#### **CCAM – Samora Correia**

Conta - 004552804003737040413 – vinte e cinco mil euros e nove cêntimos;

**CCAM – Santo Estêvão**

Conta - 004552814003724462602 – quatro mil, setenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos;

**CCAM – Benavente**

Conta - 004550904010946923865 – trinta e um mil, seiscentos e noventa e nove euros e trinta e três cêntimos;

**BES – Benavente**

Conta - 000703400000923000754 – trinta mil, trezentos e setenta e três euros e doze cêntimos;

**BPI – Samora Correia**

Conta - 002700001383790010130 – dezanove mil, oitocentos e setenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos;

**Banco Santander Totta, SA**

Conta - 001800020289477400181 – dezassete mil, setenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos;

**Balclays Bank, Plc**

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – duzentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos, dos quais setecentos e quarenta e três mil, onze euros e nove cêntimos são de Operações Orçamentais e seiscentos dois mil, seiscentos e quarenta e três euros e dezasseis cêntimos de Operações Não Orçamentais.

## **02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças**

### **Ponto 5 - REALIZAÇÃO DE EVENTO MUSICAL**

Local: Herdade da Baracha – Samora Correia

Requerente: Carlos Gonçalo Batista

Através de requerimento com o registo de entrada 3558, de 9-03-2012, solicita o requerente autorização para a realização de um evento musical, no local designado por Herdade da Baracha, em Samora Correia, com início às 00,00 horas do dia 15 de abril e o seu término às 17,00 horas do mesmo dia.

Em cumprimento do despacho superiormente exarado no dia 9 do corrente mês pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, cumpre-me informar o seguinte:

1 – A pretensão solicitada enquadra-se no disposto nos n.ºs 1 e 2, artigo 2.º (recintos itinerantes e improvisados), do Decreto-Lei 268/2009, de 29 de setembro, diploma que estabelece o regime de licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos;

2 – A pretensão realiza-se na Herdade da Baracha, em Samora Correia, local onde pontualmente se têm realizado eventos do género;

3 – De acordo com o diploma acima referido, o licenciamento de recintos itinerantes e improvisados é da competência do Presidente da Câmara Municipal;



4 – Em caso de deferimento da pretensão, o pedido de licenciamento deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Requerimento;
- Memória descritiva;
- Plano de evacuação em situação de emergência;
- Seguro de responsabilidade civil;
- Seguro de acidentes pessoais,
- Autorização do proprietário do terreno onde se realiza o evento;
- Registo de Promotor de Espetáculos;
- Cópia do Bilhete de identidade e n.º de contribuinte;
- Termos de responsabilidade atestando a conformidade dos equipamentos, bem como a sua correta instalação e colocação em funcionamento;

5 – A realização do evento fica ainda sujeito à emissão de:

- Licença Especial de Ruído;
- Licença de Representação;
- Apresentação da licença da Sociedade Portuguesa de Autores;

6 – Se a entidade licenciadora considerar necessário a realização de vistoria, a mesma consta do despacho de aprovação de instalação;

7 – Que a emissão da licença seja emitida com as seguintes condições:

- O estacionamento seja dentro da propriedade;
- Seja garantida a presença da GNR e Bombeiros;
- Sejam garantidas as condições de segurança de pessoas, bens, equipamento e instalações;
- Que não seja produzida amplitude de som previsto no Regulamento Geral do Ruído.

À Consideração Superior.

Fernando Rodrigues, Coordenador Técnico

O Diretor de Departamento	O Presidente
	À Reunião. 12-03-2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE disse, que a situação não é nova para a Câmara Municipal, sendo que por várias vezes têm surgido pedidos de autorização especial para a realização de eventos desta natureza, não só para a Herdade da Baracha, em Samora Correia.

Observou, que em alguns dos casos a Câmara Municipal já tem experiência com reclamações provenientes de populações que vivem a quilómetros daquela herdade, porquanto o som produzido é de tal intensidade, que aproveitando as correntes favoráveis, atinge os aglomerados populacionais do Porto Alto e mesmo franjas da periferia de Samora Correia.

Acrescentou, que apesar de ter feito essa referência aquando da última decisão sobre a matéria, a verdade é que, ainda assim, chegaram à Câmara Municipal algumas queixas, sendo certo que a Autarquia não tem o direito de intranquilizar ou criar

problemas ao direito ao descanso das populações, pelo que entende que, de facto, no que diz respeito ao ruído, o Executivo deveria ter em conta os *feedbacks* da última realização.

Afirmou, que não se trata apenas duma questão de orientação das colunas, mas também de alguma limitação que tem que ser colocada na amplitude do som, porque ou estas situações constituem uma mais-valia para o Município ou, caso contrário, tem que haver a coragem de dizer que não, tanto mais que o órgão autárquico existe para servir as populações, e não interesses que, nestes casos, são muitas vezes canalizados para atrair gente de fora do concelho.

Considerou que as preocupações que referiu devem ser ponto de partida para as decisões do Executivo, quaisquer que venham a ser.

Recordou, que as questões relacionadas com o plano de evacuação em situação de emergência, a presença da GNR e dos Bombeiros e o estacionamento dentro da propriedade, já foram discutidas anteriormente, crendo que merecem por parte da Câmara Municipal a mesma decisão.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA afirmou, que de acordo com o histórico que tem do licenciamento deste tipo de atividades, estas têm resultado praticamente sempre em incómodos para as populações, sendo que do ponto de vista do interesse para o Município, passam completamente ao lado e, independentemente do facto de ter o maior respeito por quem as frequenta, o resultado que tem sido obtido é francamente negativo.

Em sua opinião, tal como já referiu anteriormente, este tipo de eventos são realizados em municípios onde os respetivos executivos ainda vão autorizando, sendo entretanto necessário arranjar novas localizações para desenvolver estas atividades, porquanto conhece alguns Municípios onde, em herdades situadas em lugares recônditos, foram sendo autorizadas, até que chegou a altura em que concluíram que não havia benefícios para a Autarquia mas, outrossim, graves prejuízos para as populações, deixando também algo a desejar do ponto de vista da segurança de pessoas e bens.

Acrescentou, que tendo já havido um evento do género próximo de Benavente, tem reportes que aquando da vistoria, havia uma determinada configuração dos equipamentos e das estruturas (que têm que obedecer a normas de segurança e estar certificadas como tal) e posteriormente, uma das entidades que participou na vistoria teve que fazer uma verificação complementar imediatamente antes do início do evento, e constatou que já não estava nada igual, razão pela qual fica com muitas reservas relativamente a este tipo de eventos.

Opinou, que a Câmara Municipal deve equacionar muito bem quais são os fatores positivos que tais eventos trazem para o Município e para a sua população.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA disse ter tomado a devida nota da posição do Senhor Presidente relativamente à matéria em apreço, bem como do que foi referido pelo Senhor Vereador Miguel.

Considerou que, no entanto, continuam a ser descrições genéricas, tanto mais que não tem conhecimento de nenhuma queixa ou fator negativo em concreto, nem teve possibilidade de perceber se havia algum impacto positivo relativamente à realização destes eventos, porque têm sido sucessivamente presentes a reunião do Executivo, realizando-se umas vezes sem complicações, e outras nem por isso.

Embora percebendo a postura do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo uma matéria da sua competência, enquanto não dispuser de dados novos, abster-se-á de votar, porque o Executivo acaba por cair sempre nestas análises específicas para determinada situação, e não existe ainda uma análise concreta a este tipo de eventos.

O SENHOR PRESIDENTE disse entender que a Câmara Municipal é um órgão colegial, pelo que não compartilha com os Senhores Vereadores apenas questões

delicadas, mas tudo aquilo que diz respeito à gestão da Autarquia, procurando sempre acolher a opinião do Executivo sobre qualquer matéria.

Observou, que se trata duma questão que sempre trouxe às reuniões da Câmara Municipal, por entender que é algo que pode causar problemas não apenas à população, mas também a nível de segurança.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO afirmou, que tem tido sempre muitas reservas quanto à realização deste tipo de iniciativas na área do Município, porque lhe parece que são sempre muito direccionadas para um público do exterior.

Crê que, no entanto, a Câmara Municipal foi fazendo alguma evolução no que respeita às questões de segurança e do trânsito, entre outras, parecendo-lhe que persiste a questão do ruído.

Observou, que desconhece se existe alguma possibilidade de colocar limitador de som nas aparelhagens, pelo que se não estiver garantido o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído ou afastado o incómodo para a população, a sua opinião é desfavorável à realização da iniciativa.

O SENHOR PRESIDENTE, tendo em conta as opiniões expendidas pelos Senhores Vereadores e o que deve ser o princípio que norteia as decisões do Executivo, nomeadamente a defesa dos interesses das populações locais e dos seus direitos à tranquilidade e ao sossego, e considerando que não estando garantidos os impactos provenientes do regulamento do ruído, propôs que a Câmara Municipal manifeste a intenção de indeferir a pretensão e se disponibilize para, em conjunto com o promotor do evento, poder rever a sua posição, caso seja demonstrável que não haverá impactos negativos para as populações, resultantes do incumprimento do Regulamento Geral do Ruído.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**Nesta altura da reunião apresentou-se, para nela participar, o Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com sete elementos.**

## **Ponto 6 – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

Processo n.º 10/2012, de 01.03 - reg. n.º 3135, de 01.03.2012

Requerente – Valter Portos Dias da Silva

Localização – Largo do Mercado – Benavente

### **Informação DMAF/Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças n.º 69, de 08.03.2012**

1 - Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços n.º 3135, datado de 01 do corrente mês, vem o interessado requerer que lhe seja concedida licença especial de ruído, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

2 - A atividade ruidosa de carácter temporário (espetáculo de circo), passagem de música e som de rua, foi solicitada para os dias 02, 03 e 04 de março de 2012, das 16.00 horas às 24.00 horas.

3 - O processo foi devidamente instruído, cumprindo todas as disposições legais e regulamentares.

4 - Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 01.03.2012, o seguinte despacho:

*“Deferido. Devendo ser cumprido o Regulamento Geral do Ruído”.*

5 - No dia 01 do mês de março de 2012, foi emitido o alvará de Licença Especial de Ruído sob o n.º 14/2012.

6 - Em 02.03.2012, foi contactado o requerente via telefone para dirigir-se aos serviços, a fim de levantar o respetivo alvará, bem como proceder ao pagamento da taxa na importância de € 40,40 nos termos do art. 17.º n.º 2 alíneas a) e b), previstas na Tabela Geral de Taxas do Município de Benavente.

7 - Como até à presente data o requerente não procedeu ao respetivo pagamento das taxas, sugiro, caso seja esse o seu entendimento, o arquivamento do processo.

Face ao exposto, deixo o assunto à consideração do Sr. Diretor do D.M.A.F.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo. 08/03/2012	Homologo.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

### **Ponto 7 - CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

Processo n.º 11/2012, de 09.03 – reg. n.º 3087, de 29.02.2012

Requerente – Maria Gabriela Oliveira Borracha Oliveira

Localização – Rua D.ª Maria Luísa Azevedo Borralho, 20 - Benavente

Assunto – Solicita nos termos do disposto no n.º 2 art.º 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, se digne conceder-lhe licença especial de ruído, para exercer a seguinte atividade ruidosa de carácter temporário:

**Tipo de atividade:**

- Passagem de música – DJ's

**Local/Percurso:**

Rua D.ª Maria Luísa Azevedo Borralho, 20 – Benavente

**Datas/horário:**

- Das 09.00 horas do dia 10.03.2012 às 05.00 horas do dia 11.03.2012

**Informação da Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças, de 09.03.2012**

O processo encontra-se devidamente instruído, cumprindo todas as disposições legais e regulamentares, para que a mesma possa ser objeto de deferimento. Contudo, deve ser submetido a ratificação da Câmara Municipal.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

Relativamente a este assunto, foi pelo Senhor Presidente da Câmara, emitido no dia 09 de março de 2012, o seguinte despacho:

Teor do despacho:

*“Deferido, devendo ser cumprido o Regulamento Geral do Ruído. A ratificação da Câmara Municipal”.*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO observou, que tem conhecimento da existência duma reclamação por parte dum vizinho.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou, que é conveniente que seja anotada essa reclamação por parte dum vizinho, a ter em conta em futuras iniciativas por parte deste estabelecimento comercial.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

#### **Ponto 8 – PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO / BAR O GASOLINAS / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

Processo: Registo n.º 2867, de 24.02.2012

Interessada: Maria Gabriela Oliveira Borracha Oliveira

Localização: Rua D.ª Maria Luísa Azevedo Borralho, 20 - Benavente

#### **Informação DMAF/Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças n.º 70, de 09.03.2012**

1 – Através de carta mencionada em epígrafe, vem a impetrante, na qualidade de gerente do estabelecimento de restauração e bebidas, com a insígnia **\*Restaurante-bar O Gasolinas\***, sito no local acima referenciado, solicitar a título meramente excecional, o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento no próximo dia 10 de março.

2 – Alega na sua petição, para que a mesma seja objeto de deferimento que:

2.1 – “ (...) *nesta data se comemora 4.º Aniversário e para o qual estão previstas várias iniciativas para os nossos clientes.*

2.2 – “ (...) *caso haja deferimento à pretensão, pretende-se praticar o seguinte horário:*

#### **ABERTURA – 09.00H – ENCERRAMENTO – 05.00H**

3 – Assim e tendo em conta a exposição do requerente, cumpre informar:

3 – 1 – Para o estabelecimento, foi emitido alvará de utilização n.º 197/2009, datado de 20.08, que titula a **autorização de utilização de estabelecimento de**

**Restauração e Bebidas com música ao vivo**, nos termos do art. 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

3 – 2 – Importa referir que nos termos do art. 10.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, o presente alvará de autorização de utilização, na parte que titula a utilização do edifício para **música ao vivo, é válido por três (3) anos**.

4 – Para o estabelecimento foi emitido mapa de horário de funcionamento, de **(domingo a quinta-feira das 8.00H às 24.00H, sexta-feira, sábado e vésperas de feriados, das 08.00H às 03.00H)** em 26.04.2011, por deliberação do Executivo em reunião de Câmara de 18 desse mesmo mês, tendo em conta os pareceres favoráveis emitidos pela Junta de Freguesia de Benavente e Guarda Nacional Republicana, e desde que seja respeitado o Regulamento Geral do Ruído.

5 – Analisado o respetivo pedido à luz do Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Benavente, (art. 3.º - Regime especial) cumpre-me informar o seguinte:

- Os cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, snack-bares, self-services, clubes, casas de fado, bares, pubs e estabelecimentos análogos, quando situados nos perímetros urbanos do Concelho, devem obedecer ao seguinte regime especial de funcionamento:

- De domingo a quinta-feira, entre as 06.00 horas e as 24.00 horas;

- Às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, entre as 06.00 horas e as 02.00 horas.

6 – A Câmara Municipal pode alargar os horários fixados nos artigos 2.º e 3.º do já citado Regulamento, desde que os mesmos não afetem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes, não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

7 – Porque o pedido de horário de funcionamento, não se enquadra no art. 3.º – Regime Especial do Regulamento de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Benavente, deve contudo, e se esse for o entendimento superior, antes da deliberação final de alargamento do horário, **embora de caráter excecional**, a Câmara Municipal consultar a Junta de Freguesia, bem como a G.N.R. – Posto Territorial da área onde o estabelecimento se situa.

8 – Pelos ofícios com os registos nºs 1254 e 1255, ambos datados de 06 de março de 2012, foram solicitados pareceres à Junta de Freguesia, bem como ao Comando da G.N.R. – Posto Territorial de Benavente.

8 – 1 - Em 07.03.2012 é rececionado na Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças o ofício emanado do Posto da G.N.R. de Benavente.

*“(…) Conforme o solicitado por V. Exª., cumpre informar não haver qualquer inconveniente por parte desta Guarda, que seja deferido o requerimento apresentado para alargamento do horário de funcionamento até às 05.00H do dia 10 do corrente mês, do estabelecimento denominado Bar O gasolinas”.*

8 – 2 – Pelo ofício n.º 190/2012, foi emitido pela Junta de Freguesia de Benavente a seguinte deliberação:

*“(…)Serve o presente para informar V. Ex<sup>a</sup>. que referente ao assunto supra referido, foi o mesmo presente a reunião de Junta do dia 08.03.2012, tendo sido deliberado por unanimidade emitir o seguinte parecer à proposta: informar o requerente que o critério adotado pela Junta para o efeito tem como limite de horário as 03.00 horas da madrugada”.*

9 – Na posse dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas, julgo ter reunido os elementos necessários à tomada de uma boa decisão, pelo que deixo o assunto à consideração superior.

Face ao exposto, deixo o assunto à consideração superior do Sr. Diretor do D.M.A.F.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

O Diretor de Departamento	O Presidente
	Deferido para o dia referido.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

## **02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **II ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / PROPOSTA**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e à natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia

Benavente, 19 de março de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

### **Ponto Extra 1 - II ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / PROPOSTA**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Ana Casquinha, por considerar que se trata de opções políticas de quem governa em maioria, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à II Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos**

### **02.02.03- Subunidade Orgânica de Gestão Recursos Humanos**

#### **Ponto 9 – RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS**

O contrato de avença celebrado com José Domingos dos Santos, termina a 01.08.2012.

Nos termos do art. 94.º da Lei n.º 12-A/2008, aquando da eventual renovação dos contratos de prestação de serviços vigentes, os serviços devem proceder à sua reapreciação à luz do presente regime jurídico.

<b>NOME / FUNÇÃO</b>	<b>DURAÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>FIM</b>
José Domingos dos Santos – animador cultural	7 meses, renovado tacitamente	02/08/2012	01/03/2013

1- O valor da prestação de serviços é de 893,75 €, acrescido de IVA e tem por objeto a dinamização das coletividades e associações e a ligação destas e da Câmara Municipal com as escolas existentes na área do município, no domínio específico das suas qualificações académicas e especialização profissional.

2- Nos termos do n.º 2 do art. 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 1 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação dada pelo art. 20.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril (Orçamento de Estado para 2010) a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente:

- a)- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b)- Seja observado o regime geral da aquisição de serviços;



c)- O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.

2.1. Nos termos do citado n.º 1 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a celebração de contrato de avença depende de parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do ponto 2 da presente informação.

Para o efeito, dever-se-á ter em conta a caracterização de um contrato de avença. Ao contrário do que acontece com qualquer uma das modalidades da relação jurídica de emprego público (**nomeação** – atualmente apenas aplicável a trabalhadores com competências muito específicas no âmbito das forças armadas, representação externa do Estado, segurança, investigação e inspeção; **contrato** – por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo ou incerto), o trabalho prestado em regime de avença, considera-se trabalho não subordinado, prestado com autonomia, sem sujeição à disciplina e à direção do órgão contratante e sem obrigatoriedade de cumprimento de horário de trabalho.

2.2. De acordo com o art. 94.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aquando da eventual renovação dos contratos de prestação de serviços vigentes, os mesmos são reapreciados à luz das regras aqui indicadas.

3- Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 8 do art. 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012), para além da verificação dos requisitos mencionados no ponto 2 da presente informação, o parecer do órgão executivo depende, ainda:

- Da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa.
- Da verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do mesmo preceito, que estabelece a aplicação do art. 19.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.º 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro (redução remuneratória) aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte de contrato vigente em 2011.
- Da confirmação de declaração de cabimento orçamental (que se anexa);

Quanto à inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, de acordo com o entendimento perfilhado pela DGAEP, a obrigatoriedade de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial entra em vigor nos termos e condições previstos na Portaria a que se refere o n.º 2 do art. 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, aditado pelo n.º 2 do art. 38.º da LOE 2012.

Quanto à redução remuneratória aos valores pagos nos contratos de aquisição de serviços, de acordo com o art. 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (aplicável por força do n.º 1 do art. 26.º da LOE para 2012), são reduzidas em 3,5% as remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 1500 € e inferiores a 2000 €; 3,5%, sobre o valor de 2000 €, acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os 2000 €. Tendo em conta o valor da prestação de serviço em causa, não é aplicável o disposto no referido art. 19.º, não havendo, consequentemente, lugar a qualquer redução do valor pago.

4- Por último, importa informar que, não sendo de renovar o contrato em apreço, deve o interessado ser notificado da respetiva cessação, com aviso prévio de 60 dias, ou

seja até 07.05.2012.

À consideração superior

Benavente, 07 de março de 2012

O Coordenador técnico, Maria Teodora

Despacho da chefe DMGARH

*“Concordo. À consideração superior, para posterior deliberação da Câmara Municipal”*

Despacho do diretor DMAF

*“Concordo”*

Despacho do Sr. Presidente

*“À reunião”*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA observou, que o Partido Socialista não se quer intrometer em questões de gestão do pessoal, incluindo as avenças, razão pela qual se abstém relativamente a esta matéria.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Ana Casquinha, homologar a presente informação e, nos termos da mesma, emitir parecer favorável à renovação do contrato de avença com o animador cultural José Domingos dos Santos, reconhecendo-se a inconveniência, pelo tipo de funções que são exercidas, de recorrer a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.

## **02.02.08- Subunidade Orgânica de Património**

### **Ponto 10 – HASTA PÚBLICA PARA A ARREMATACÃO DA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR EXISTENTE NA PISCINA MUNICIPAL DE SAMORA CORREIA**

#### **EDITAL N.º 052/2012**

**António José Ganhão**, Presidente da Câmara Municipal de Benavente, torna público, na sequência do deliberado pela Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em 2012-02-13, **que pelas 14.30 horas, do próximo dia 19 de março de 2012 na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Município, terá lugar a hasta pública, destinada à arrematação da concessão do direito de exploração do Bar existente na Piscina Municipal de Samora Correia, de acordo com as seguintes condições:**

1. A base de licitação da arrematação é de € 250 (duzentos e cinquenta euros);
2. O valor mínimo de cada lance é de € 50,00 (cinquenta euros);
3. O concessionário pagará, mensalmente, até ao dia 8 de cada mês, o preço da concessão no valor de € 500,00 (quinhentos euros), atualizável, anualmente, de acordo com os índices legalmente estabelecidos para atualização das rendas dos

estabelecimentos comerciais, incluindo este montante, as despesas relativas aos consumos de água e eletricidade;

4. O concessionário assumirá todo o financiamento da exploração, incluindo o apetrechamento das instalações;

5. A concessão terá a duração de 4 (quatro) anos, ficando a sua extinção sujeita ao preceituado no art. 10.º do respetivo regulamento;

6. É proibido ao concessionário afixar publicidade nas instalações concessionadas;

7. O adjudicatário obriga-se a apresentar caução no valor de € 500 (quinhentos euros), através de depósito, garantia bancária ou seguro de caução;

8. São da responsabilidade do adjudicatário as despesas inerentes à concessão, imposições fiscais, licenças e outros encargos devidos ao Estado ou à Câmara Municipal;

9. O regulamento poderá ser consultado na Subunidade Orgânica de Património desta autarquia, de 2.ª a 6.ª feira, durante o horário normal de expediente.

Benavente, 22 de fevereiro de 2012.

O Presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** O SENHOR PRESIDENTE procedeu à leitura do Edital que publicitou a realização da hasta pública, para arrematação da concessão do direito de exploração do bar existente na Piscina Municipal de Samora Correia. Seguidamente, deu início à hasta pública, tendo explicitado as obrigações fiscais a que os arrematantes ficariam sujeitos, bem como outras questões pontuais, não tendo sido apresentada qualquer proposta de arrematação, após o que encerrou a presente hasta pública.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade publicitar a realização de nova hasta pública para o efeito.

## **Ponto 11 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA INÍCIO DE CONSTRUÇÃO**

Registo de Entrada n.º 2012/3371, de 06-03-2012

Requerente: Inês Branco de Almeida Vieira Correia e Luís Manuel de Jesus Ribeiro

Local: Urbanização do Vale Bispo, lote 39, na Barrosa

### **Informação n.º 066/2012, de 07 de março**

Em cumprimento do despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 06-03-2012, relativamente ao assunto supramencionado, cumpre informar:

1- Em hasta pública realizada em reunião ordinária realizada em 2 de junho de 2008, foi atribuído aos requerentes pelo preço de 18.000,00 €, o lote de terreno em causa;

2- Em 11-06-2008 e 01-07-2008, os requerentes procederam ao pagamento do imposto de selo e Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de Imóveis, nos montantes de 10,00 € (dez euros) e 585,00 € (quinhentos e oitenta cinco euros);

3- Em 16-10-2009, foi celebrada a escritura de compra e venda do prédio urbano em causa a folhas 11 e seguintes do livro de notas número 55 do Cartório Notarial Privativo da Câmara Municipal de Benavente, pelo preço de 18.000,00 € (dezoito mil euros);

**4- Em 6-3-2012, os requerentes, através de email registado nos nossos Serviços sob o número 2012/3371, constituem sua pretensão a prorrogação do prazo para início de construção no lote de terreno supramencionado pelo limite máximo possível, alegando para o efeito, o facto das dificuldades económicas atuais de acesso ao crédito bancário e contingências orçamentais familiares;**

5- Face ao exposto, cumpre esclarecer:

5.1- Nos termos da cláusula segunda da escritura de compra e venda mencionada no ponto 3) da presente informação, o requerente possui 2 (dois) anos, a contar da data de aquisição, para proceder ao início de construção no lote de terreno;

5.2- Também nos termos da cláusula quarta da referida escritura consta que o lote reverterá para o Município de Benavente sem direito a qualquer indemnização, para além do valor atualizado do terreno, quando nele não haja sido iniciada a construção no prazo fixado na segunda condição, salvo motivo justificado e alheio à vontade do adquirente;

**6- Mais se esclarece, que o prédio em causa foi adquirido em 16 de outubro de 2009, verifica-se que o prazo para início de construção fixado pela cláusula já mencionada já terminou no dia 16 de outubro de 2011.**

À consideração superior do senhor Diretor do DMAF

O Coordenador Técnico, António Teixeira da Rosa

O Chefe de Divisão	O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo. O pedido pode ser apreciado ao abrigo das respetivas cláusulas contratuais, considerando, no entanto, que o mesmo deveria ter sido apresentado antes do termo do prazo para a construção.  7/3/2012	Concordo          7/3/2012	A reunião

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE observou, que enquadrando o assunto na situação que o País vive e nas dificuldades no acesso ao crédito por parte dos concidadãos que adquiriram terrenos para construir, julga que a Câmara Municipal deve conceder a prorrogação do prazo por mais um ano, sendo que se entretanto ocorrer a caducidade dos impostos a pagar, os requerentes terão que assumir essa responsabilidade.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade prorrogar o prazo para início da construção pelo período de um ano, contado a partir de dezasseis de outubro do ano transato.

**Ponto 12 – ANTIGO POSTO DE VIAÇÃO E TRÂNSITO DO PORTO ALTO, FREGUESIA DE SAMORA CORREIA, CONCELHO DE BENAVENTE / PROPRIEDADE DO ESTADO**

Registo de Entrada N.º 2012/3602, de 09-03-2012

Entidade: Ministério das Finanças – Direção Geral do Tesouro e Finanças

**Informação N.º 074/2012, de 13-03**

Em cumprimento do despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 09-03-2012, relativamente ao assunto supramencionado, cumpre informar:

- Na sequência do levantamento topográfico efetuado ao imóvel em referência inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6600 da freguesia de Samora Correia e registado na Conservatória do Registo Predial a favor do Estado com o n.º 05412 da referida freguesia, conclui-se que a área atual da parcela de terreno onde se encontrava implantado o antigo Posto de Viação e Transito, demolido em 2006, é de 881,26 metros quadrados.

Tendo em conta a composição inicial do imóvel, com a área de 1.200 metros quadrados, e a atual área da parcela de terreno de 881,26 metros quadrados, **solicita a V. Ex.ª se digne certificar para efeitos de regularização registral e matricial que a diferença de área verificada passou a integrar o domínio público.**

- Em face do exposto, cumpre informar:

- Em reunião da Câmara Municipal realizada em 31 de março de 2008, foi presente um ofício emanado da Direção Geral do Tesouro e Finanças que se transcreve:

**“Exmo. Senhor,**

***Em referência ao ofício n.º 9356, de 01/10/2007, no qual essa Câmara Municipal vem solicitar autorização para proceder ao arranjo paisagístico do espaço onde se encontrava implantado o antigo Posto de Viação e Trânsito do Porto Alto (já demolido) e terrenos conexos, a fim de dar sequência e complementando o arranjo da travessia de Porto Alto, recentemente concretizado pelas Estradas de Portugal, informo V. Ex.ª que o Estado está interessado em alienar aquele imóvel, na totalidade.***

***Assim, solicita-se que essa Câmara Municipal informe, com a possível urgência, se está interessada na aquisição do mesmo pelo montante de € 36 000,00 (trinta e seis mil euros), valor homologado por despacho de 07/01/2003 e reavaliado***

**pelos Serviços Técnicos da então Direcção-Geral do Património, em 2005, com a área total de 1200 m<sup>2</sup>, tendo sido atribuído o mesmo valor.**

**De notar que o imóvel a alienar inclui áreas não consideradas no levantamento efetuado por essa Autarquia, parcialmente ocupadas por vias de acesso, que se crê, promovidas por esse Município sem conhecimento desta Direcção-Geral”.**

No período das discussões/intervenções **“o Senhor Presidente considerou que a proposta apresentada revela como funciona a Administração Central do Estado e a Direcção Geral do Tesouro e Finanças, a quem cumpre defender o património do Estado.**

**Mais acrescentou que, o antigo Posto da Brigada de Transito tem um acesso, construído no seu próprio terreno que servia para a antiga Brigada de Transito conduzir os carros à “balança”, sendo que a via, construída pelos próprios, serve agora para acusar a Câmara Municipal de ter ocupado vias de acesso promovidas pelo município, sem conhecimento da Direcção Geral.**

**Tal facto revela desconhecimento, ignorância, falta de cuidado e rigor.**

**Propôs que a Câmara Municipal manifeste a sua “estupefação” pela resposta a uma sua diligência bem intencionada e concreta, que não colocava em causa o património que pertence ao Estado, mas antes, a qualificação daquele espaço e uma melhor imagem do mesmo.**

**Deliberado por unanimidade aprovar as propostas do senhor Presidente”.**

Pelo nosso ofício número 3138, de 8 de abril de 2008, foi dado conhecimento ao Subdiretor Geral da Direcção Geral do Tesouro e Finanças da deliberação tomada sobre o assunto em causa e também cópia de parte da ata relativa à mesma deliberação.

Pelo exposto, e tal como em anterior apreciação por parte do Executivo, transmitida à data a esses serviços, a Câmara Municipal não pode certificar para efeitos de regularização registral e matricial que a diferença de área verificada passou a integrar o domínio público municipal.

À consideração superior.

O Coordenador Técnico, António Teixeira da Rosa

O Chefe de Divisão	O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo com o teor da informação. À consideração superior 13/03/2012		À Reunião  13/03/2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou, que quem conheceu o antigo Posto da Brigada de Trânsito no Porto Alto, sabia que havia um acesso à balança então existente, espaço que passou a integrar o domínio público e que ainda hoje constitui acesso a uma propriedade privada, sendo que a Câmara Municipal sempre afirmou que não aceitava que aquilo que era já do domínio público, com a desativação do Posto, passasse a integrar o domínio privado do Ministério das Finanças, tanto mais que se tratava duma área *non edificandi*.

Assim sendo, resta à Câmara Municipal reconhecer que, de facto, há uma área de cerca de quatrocentos metros que está integrada no domínio público municipal, pelo

uso que lhe é dado há muitos anos e sem qualquer outro valor que não seja o de caminho de acesso.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA questionou se a área em causa está registada como fazendo parte do domínio público municipal, uma vez que o coordenador técnico que tem responsabilidades nesta matéria afirma não ser possível à Câmara Municipal certificar de acordo com o pretendido.

Acrescentou, que embora percebendo a argumentação do Senhor Presidente, face à conclusão do parecer em apreço, tem algumas dúvidas em que a Câmara Municipal o possa fazer.

O SENHOR PRESIDENTE explicitou, que o Ministério das Finanças solicita que a Câmara Municipal reconheça que a área em causa integra o domínio público municipal, sendo que a informação da Subunidade Orgânica de Património refere que o Município não pode certificar em conformidade para efeitos de regularização registral e matricial, dado não estar inscrito como tal.

Segundo crê, o Ministério das Finanças debate-se com o problema de ter uma diferença de áreas entre o que terá adquirido ou expropriado, não tendo quaisquer dúvidas em que a Câmara Municipal possa reconhecer que os quatrocentos metros em causa integram o domínio público municipal, por ser uma verdade reconhecida por todos.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade reconhecer que a diferença de área verificada integra o domínio público municipal.

### **03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes**

#### **03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais**

**Ponto 13 – EMPREITADA DE: “CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE MARMOREADOS NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE BENAVENTE”**

■ **CORREÇÃO DE ANOMALIAS/ ACIONAMENTO DE CAUÇÃO E REFORÇO DE CAUÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

Processo n.º 4.1.1/28.12-2004

Adjudicatário: Mateus & Irmãos, Lda.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 57/2012, de 13 de março**

Na sequência da Informação DMOUMASUT n.º 44/2012, de 16 de fevereiro, presente na reunião de 27.02.2012, e sobre a qual recaiu a seguinte deliberação:

*“Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados. ...”*

cumpre esclarecer:

- A caução correspondente aos Trabalhos a Mais efetuados no âmbito da empreitada em epígrafe foi prestada através de Depósito bancário no valor de 159,00 € (cento e cinquenta e nove euros), efetuado na conta n.º 0157008930150, da Caixa Geral de Depósitos, em 23-10-2006, a favor da

Câmara Municipal de Benavente, e correspondente a 5% do valor da adjudicação de Trabalhos a Mais;

- A Caixa Geral de Depósitos SA, pela carta datada de 30 de janeiro de 2012 (registo de entrada n.º 1914, de 06.02.2012), informa que o Depósito Obrigatório tem o valor atual de 292,87 €, domiciliado na conta 0157008930150, e que pode ser mobilizado por meio de um precatório-cheque ou de requerimento;

Assim sendo, julga-se que a caução no valor de 159,00 €, deverá reverter a favor da Câmara Municipal de Benavente, e a quantia restante, no valor de 133,87 € (valor correspondente à diferença entre o valor atual do depósito e o valor correspondente à caução então prestada) deverá ser restituída ao Administrador de Insolvência da sociedade adjudicatária.

Sugere-se que o presente ponto seja aprovado em minuta.

À consideração Superior

Maria Virgínia Antunes Pinto, Eng.ª Civil

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

**Ponto 14 – EMPREITADA DE: “CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE BENAVENTE – 1.ª FASE”**

**■ CORREÇÃO DE ANOMALIAS / ACIONAMENTO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.1/08-2005

Adjudicatário: Mateus & Irmãos, Lda.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 58/2012, de 14 de março**

Na sequência da Informação DMOUMASUT n.º 31/2012, de 01 de fevereiro, foi notificado o Administrador de Insolvência da firma Mateus & Irmãos, Lda., bem como o Banco BPI, SA, para se pronunciarem sobre a intenção da Câmara Municipal em acionar a garantia bancária n.º 05/223/29086, por forma a se proceder à reparação das anomalias detetadas e constantes do Auto de Vistoria de 15.09.2011.

Considerando que,

- O Administrador de Insolvência da firma Mateus & Irmãos, Lda., foi notificado através do nosso ofício n.º 957, de 17.02.2012, não se tendo pronunciado;
- O Banco BPI, SA, através de carta datada de 23 de fevereiro de 2012 (registo de entrada n.º 2941, de 27.02.2012), informou que fica a aguardar comunicação para formalização do acionamento da referida garantia bancária,

julgam-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal delibere o acionamento da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 05/223/29086, emitida pelo



Banco BPI, S.A., no valor de € 10.912,92 permitindo subsequentemente proceder à abertura do procedimento concursal com vista à reparação das deficiências de construção detetadas, uma vez que a respetiva estimativa orçamental se traduz na importância de 4.800,00 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Após reparação das deficiências e uma vez apurados os custos finais, deverão ser restituídas ao administrador de insolvência as quantias restantes.

Por ora, julgam-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal delibere o cancelamento de outras garantias bancárias constantes do processo, assim como, a restituição de valores retidos.

A saber:

- Garantia Bancária n.º 05/300/31568, emitida pelo Banco BPI, S.A., no valor de € 10.912,92 (dez mil, novecentos e doze euros e noventa e dois cêntimos), correspondente a 5% do valor da adjudicação e destinada a reforço de caução;
- Garantia Bancária n.º 330433, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., no valor de € 834,81 (oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta e um cêntimos), correspondente a 5% do valor dos Trabalhos a mais e destinada a caução;
- Retenção da quantia de € 834,81 (oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta e um cêntimos), correspondente a 5% do valor dos Trabalhos a mais e destinada a reforço de caução;
- Retenção da quantia de € 110,65 (cento e dez euros e sessenta e cinco euros), correspondente a 5% do valor da Revisão de Preços.

À consideração Superior.

Maria Manuel Couto da Silva, Engenheira Civil

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

#### **Ponto 15 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE PINTURAS NA E.N. 515 ENTRE BENAVENTE E FOROS DA CHARNECA”**

##### **★ RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA**

Processo n.º 4.1.1/09-2007

Adjudicatário: SNSV – *Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda.*

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 59/2012, de 14 de março**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 05-01-2012 (registo de entrada n.º 325, datado de 09-01-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada Garantia Bancária n.º 125 – 02 – 1212769, no valor de **1.950,45 €** (mil, novecentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos), correspondente a 10% do valor da adjudicação;

2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, à extinção da caução prestada.

3- Considerando,

- ter já decorrido o prazo de garantia;
- que da vistoria efetuada em 14-03-2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes ao cancelamento da caução prestada através de:

- ✓ Garantia Bancária n.º 125 – 02 – 1212769, no valor de **1.950,45 €** (mil, novecentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos), correspondente a 10% do valor da adjudicação.

À consideração Superior

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Eng.º Civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de pinturas na E.M. 515 entre Benavente e Foros de Charneca”**, adjudicada à firma “SNSV - Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda.”, no valor **19.504,46 €** (dezanove mil, quinhentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 10 (dez) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho Superior exarado em nove de julho de dois mil e sete, compareceram os Srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador, José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Engenheiro Civil e Mário Fernando de Oliveira Rosa, Assistente Técnico, na qualidade de representantes do Dono da Obra a fim de procederem na presença do representante do Adjudicatário Sr. Carlos Manuel Louro Medeiros, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227 do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador – CM Benavente*  
*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Engenheiro Civil – CM Benavente*  
*Mário Fernando de Oliveira Rosa, Assistente Técnico – CM Benavente*

*Carlos Manuel Louro Medeiros – Representante do Empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **EMPREITADA DE: “PARQUE RIBEIRINHO DE SAMORA CORREIA – ARRANJO URBANÍSTICO”**

#### **- DEFICIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO / ACIONAMENTO DE CAUÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência numa tomada de decisão

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 19 de março de 2012

O Presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

### **Ponto Extra 2 – EMPREITADA DE: “PARQUE RIBEIRINHO DE SAMORA CORREIA – ARRANJO URBANÍSTICO”**

#### **➤ DEFICIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO / ACIONAMENTO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.1/5 - 2001

Adjudicatário: MIMOGAL – Construções Cívicas, Lda.

### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T n.º 67/2012, de 16 de março**

Na sequência da anterior informação DMOMASUT n.º 32/2012, de 1.02 e da deliberação homologatória sobre ela incidente, em 13.02.2012, e atendendo a que não houve resposta dentro do prazo estipulado para o efeito, por parte do administrador judicial da massa insolvente da sociedade adjudicatária, importa referir, no que

respeita aos procedimentos a efetuar relativamente aos montantes da caução e reforço de caução prestados e atendendo a que se verifica a necessidade da Câmara Municipal ser ressarcida dos custos implicados nas reparações já executadas, que ascendem a 55.568,17 €:

1. Na medida em que se detetaram incorreções na Conta Corrente da Empreitada elaborada em 17.01.2008 pelo Serviço de Contabilidade, no que concerne às quantias retidas nos pagamentos de alguns autos de medição de trabalhos, foi então elaborada nova Conta Corrente da Empreitada em 16.03.2012. Nessa sequência, verifica-se que o montante global da caução é de 97.434,05 € (ao invés de 100.245,56 €, face aos valores referenciados na Conta Corrente de 17.01.2008), prestada conforme se especifica:

- Garantia Bancária n.º 01/277/86796, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 42.622,50 € (8.545.044\$00), correspondente a 5% do valor da adjudicação;
- Reforço de caução referente a trabalhos contratuais, através de retenções de 5% nos pagamentos dos Autos de Medição de Trabalhos, no valor global de 39.726,36 € (ao invés de 42.115,48 € referenciado na Conta Corrente de 17.01.2008);
- Garantia Bancária n.º 02/336/00161, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 6.781,55 €, correspondente a 5% do valor do 1.º contrato adicional de trabalhos a mais;
- Reforço de caução referente a trabalhos a mais, através de retenções de 5% nos pagamentos dos Autos de Medição de Trabalhos a Mais – 1.º contrato adicional, no valor global de 7.185,69 € (ao invés de 6.781,55 € referenciado na Conta Corrente de 17.01.2008);
- Garantia Bancária n.º 03/020/01490, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 826,53 €, correspondente a 5% do valor do 2.º contrato adicional de trabalhos a mais;
- Não houve retenção para reforço de caução referente a trabalhos a mais, no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos a Mais – 2.º contrato adicional (ao invés do valor de 826,53 €, referenciado na Conta Corrente de 17.01.2008);
- Reforço de caução referente a Revisão de Preços, através de retenção de 5% no pagamento, no valor global de 291,42 €;

2. Considerando o acionamento das garantias bancárias ora em causa e a conta final da empreitada, após revisão de preços, verifica-se o remanescente de 41.865,88 € (97.434,05 € – 55.568,17 €), o qual poderá ser libertado.

3. Pelo que se propõe:

3.1. O acionamento da caução e reforço de caução prestados através de:

- Reforço de caução referente a trabalhos contratuais, através de retenções de 5% nos pagamentos dos Autos de Medição de Trabalhos, no valor global de 39.726,36 €;
- Reforço de caução referente a trabalhos a mais, através de retenções de 5% nos pagamentos dos Autos de Medição de Trabalhos a Mais – 1.º contrato adicional, no valor global de 7.185,69 €;
- Reforço de caução referente a Revisão de Preços, através de retenção de 5% no pagamento, no valor global de 291,42 €;

no montante parcial de 47.203,47 €, e ainda,

- Acionar a quantia de 8.364,70 € sobre a Garantia Bancária n.º 01/277/86796, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 42.622,50 € (8.545.044\$00), correspondente a 5% do valor da adjudicação;

totalizando 55.568,17 €, que corresponde ao custo das reparações já efetuadas.

### 3.2. A extinção da caução prestada através de:

- Garantia Bancária n.º 02/336/00161, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 6.781,55 €, correspondente a 5% do valor do 1.º contrato adicional de trabalhos a mais;
- Garantia Bancária n.º 03/020/01490, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 826,53 €, correspondente a 5% do valor do 2.º contrato adicional de trabalhos a mais;
- Quantia de 34.257,80 € sobre a Garantia Bancária n.º 01/277/86796, emitida pelo Banco BPI, SA., no valor de 42.622,50 € (8.545.044\$00), correspondente a 5% do valor da adjudicação;

totalizando 41.865,88 €.

Julga-se que deverão ser comunicados ao administrador judicial da massa insolvente da sociedade adjudicatária os presentes montantes, por forma a retificar o anteriormente facultado.

À consideração Superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, Engenheira Civil

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO observou, que o assunto já fora anteriormente presente a reunião da Câmara Municipal, sendo que, à data, não havia programa informático para controlo das empreitadas e o registo das garantias prestadas era feito em programa excel, tendo sido com base num extrato que foi fornecido pela Subunidade Orgânica de Contabilidade, que foi elaborada a anterior informação.

Acrescentou, que no confronto que houve oportunidade de fazer com os valores que estão efetivamente em operações de tesouraria, verificou-se a existência de algumas incorreções que importa corrigir, e que passou a explicitar.

Crê que a Câmara Municipal está em condições de deliberar no sentido de, desde já, acionar as quantias retidas (no valor de quarenta e sete mil, duzentos e três euros e quarenta e sete cêntimos), bem como acionar junto do BPI a quantia de oito mil, trezentos e sessenta e quatro euros e setenta cêntimos (do valor total da garantia bancária de quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, devendo ser libertada a parte restante), proceder à extinção das duas cauções prestadas através de garantias bancárias (respetivamente correspondentes a cinco por cento do valor do primeiro e segundo contratos adicionais de trabalhos a mais) e libertar a quantia de trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos (sobre a garantia bancária emitida pelo BPI, no valor de quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor da adjudicação).

Propôs, que em simultâneo seja deliberado dar conhecimento ao administrador social da massa insolvente das alterações que referiu, e que não alteram em nada a anterior decisão do Executivo nem a notificação entretanto feita, tratando-se tão-somente de corrigir algumas verbas que não estavam corretamente transpostas para a informação.

O SENHOR PRESIDENTE opinou, que uma vez que estão em causa valores diferentes, a deliberação da Câmara Municipal apenas terá eficácia após a notificação do administrador da massa insolvente, sob pena de poder surgir alguma contestação.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO clarificou, que o administrador da massa insolvente apenas foi notificado da exigência da Câmara Municipal em ser ressarcida duma verba que se traduziu em anomalias detetadas à data da receção da obra, porque os valores eram do seu conhecimento, dado constarem do processo.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA observou, que a Câmara Municipal deve ter em atenção a postura do senhor administrador da insolvência relativamente à comunicação que lhe foi feita do acionamento das garantias, não se tendo pronunciado sobre a mesma.

Além do mais, o administrador da insolvência nem perante o lapso dos serviços municipais se pronunciou sobre os valores das respetivas garantias bancárias, sendo certo que o senhor, enquanto administrador da insolvência, tem acesso a toda a informação de todas as garantias bancárias que estão prestadas pela MIMOGAL – Construções Civas, Lda..

Considerou uma perda de tempo estar a comunicar ao administrador da insolvência que há uma ligeira diferença de valores que lhe vão ser restituídos, importando, outrossim, notificá-lo de que a Câmara Municipal vai acionar as garantias bancárias e de que o valor necessário para a reposição da obra é de cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito euros e dezassete cêntimos, montante que não foi alterado pela retificação em apreço.

Não vê que uma segunda notificação vá trazer muito mais luz ao assunto, sendo certo que o administrador da insolvência já se podia ter pronunciado ou ter tido a iniciativa de alertar a Câmara Municipal que afinal havia uma diferença de valores.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou, que a opinião expendida pela Senhora Vereadora Ana Casquinha o tranquiliza, porquanto é alguém da área jurídica e que logicamente conhece os trâmites desta situação, pelo que não lhe custa aceitar essa posição, desde que dela não derive rigorosamente nada que ponha em causa as decisões tomadas anteriormente.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento**

### **04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares**

#### **LICENCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO**

##### **Ponto 16 – LOTEAMENTO URBANO / EXPOSIÇÃO**

Processo n.º 17258/1994

Requerente: Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira

Local: Herdade Aroeira - Santo Estêvão

### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 05-03-2012**

Através do requerimento com o registo de entrada n.º 18125/2011, de 29/11, a requerente apresenta uma exposição na qual refere o seguinte:

*“ .....No âmbito do levantamento dos trabalhos em epígrafe, os quais foram originados pelas divergências de interpretação entre a empresa e a CMB, quanto a alguns aspetos dos trabalhos a efetuar, (sendo por parte da CIHA originadas pelo teor das atas dos Conselhos de Administração da sociedade de anos anteriores a 2009, nas quais se davam por concluídos alguns trabalhos e outros sem necessidade ou possibilidade se serem realizados) foram pela atual administração, conjuntamente com a CMB, feitas várias diligências de apuramento, nomeadamente reuniões, como as realizadas nos passados dias 16 de setembro e 14 de novembro, levantamentos topográficos, visitas aos locais, Vide as de dias 16 de setembro e 14 de novembro, pp, etc.*

*Concluídas as citadas diligências de apuramento e obtidos os esclarecimentos adequados, vem a CIHA, solicitar a V.Ex.<sup>a</sup> que se digne autorizar a Câmara a informar sobre todos os trabalhos relativos ao arranjo dos espaços exteriores da 3.ª fase A (à exceção de pavimentos e muros), do alvará de loteamento n.º 08/98, que considera serem ainda devidos, para efeitos de estudo de viabilidade, pedido dos respetivos orçamentos, execução do planeamento e consequente preparação dos processos de obtenção de financiamento.*

*Mais se requer, caso V. Ex.<sup>a</sup> entenda por adequado, que em resultado da vistoria realizada pelos serviços da Câmara no dia 13 de agosto de 2010, que no âmbito do arranjo dos espaços exteriores da 3.ª Fase A (à exceção de pavimentos e muros, por já rececionados pela autarquia, conforme auto de receção definitiva parcial de 22 de setembro de 2009, que se junta em anexo), possam ser rececionados provisoriamente os trabalhos objeto de vistoria, os quais não mereceram qualquer observação e vêm sido mantidos pela CIHA, procedendo desta forma a uma receção parcial dos trabalhos em apreço.....”*

Em resultado da análise efetuada à exposição e após consulta ao processo, cumpre informar:

1 – Na sequência da vistoria realizada em 13 de agosto de 2010, no qual são referidos na generalidade, que faltam árvores, caminhos, bancos, zonas de estadia, aparelhos de manutenção, deverá a requerente de acordo com o projeto de arranjos exteriores licenciado (3.ª fase A), proceder à execução dos trabalhos e fornecimentos em falta, bem como à reparação/beneficiação dos elementos executados e em deficiente estado de conservação;

2 – Não há possibilidade de ser efetuada a receção provisória parcial dos arranjos exteriores;

3 – Após a conclusão dos trabalhos, a requerente deverá solicitar a sua receção provisória.

À consideração Superior.

Fernando Graça, Arquiteto Paisagista

Vasco Feijão, técnico superior - engenheiro

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
	À reunião.
<b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	2012MAR09 <b>O Vereador</b>

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou, que o assunto em apreço tem como antecedentes uma vistoria para eventual receção de obras de urbanização, realizada em treze de agosto de dois mil e dez, e que posteriormente, já em meados de dois mil e onze, suscitou, por parte do Conselho de Administração da Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira, algumas dúvidas relativamente à impossibilidade de poderem cumprir o projeto de arranjos exteriores, em virtude da existência duma barragem e duma determinada cota do plano de água, que inviabilizava a execução de parte desse projeto, nomeadamente de um percurso pedonal que está mencionado na orla da barragem.

Após várias reuniões em gabinete e no local, chegou-se à conclusão que, efetivamente, as obras de urbanização em causa podem ser realizadas, porquanto o único problema que existe é, de facto, uma delimitação errada da parte dos lotes que confinam com o talude da barragem e, portanto, trata-se de questões que a Administração da Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira terá que resolver com os particulares, porque se trata de espaço do domínio público e, como tal, suscetível de poder ali ser executado o que estava previsto no projeto de arranjos exteriores.

Observou, que aquelas questões foram todas esclarecidas e perfeitamente transmitidas e entendidas pelas partes, vindo agora a Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira pedir que, no âmbito da vistoria que foi feita em agosto de dois mil e dez, a Câmara Municipal possa receber aquilo que, do projeto de arranjos exteriores, foi verificado nessa vistoria que estaria em condições de ser recebido, e que transmita no concreto e em pormenor o que falta fazer, para poderem equacionar junto duma empresa um estudo de viabilidade para poderem executar.

Afirmou, que não há possibilidade material de a Câmara Municipal poder receber um determinado número de árvores e de bancos e uma determinada área do percurso pedonal.

No que concerne aos arranjos exteriores que ainda falta executar, pese embora a informação em apreço remeta para o auto de vistoria e para o que foi verificado em dois mil e dez, propôs que a Câmara Municipal delibere no sentido de disponibilizar a equipa de técnicos que fez a vistoria à época para, conjuntamente com representantes da Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira e com quem eles designarem, efetuar nova visita ao local para efeitos de identificação do que falta fazer, para que a promotora do loteamento possa estudar a viabilidade de executar as obras em falta e a Câmara Municipal as poder receber e disponibilizar para usufruto da população.

Mais propôs, que o Executivo homologue a informação técnica em apreço e se transmita o seu teor à Companhia Imobiliária Herdade da Aroeira.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar as propostas do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **Ponto 17 – LOTEAMENTO URBANO / VISTORIA PARA RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

Processo n.º 6/2005

Requerente: António Gonçalves de Matos



Local: Est. Real - Samora Correia

### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 27-02-2012**

Na sequência da vistoria para receção provisória das obras de urbanização do loteamento, realizada em 25/11/2011, o requerente através do requerimento com o registo de entrada n.º 1655/2012, de 01/12, vem informar que já foram entregues nas instalações da Câmara Municipal de Benavente os quatro contentores para recolha de lixo urbano.

Esta informação foi confirmada pela Engenheira Sílvia Freire.

Com a entrega dos contentores do lixo, o requerente dá resposta ao indicado no auto de vistoria para receção provisória.

Assim, considero que estão reunidas as condições para a elaboração do auto de receção provisória das obras de urbanização.

Para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, foi prestada caução mediante a entrega de garantia bancária emitida pelo Banif – Banco de Investimento do Funchal, S.A. que nesta data tem o valor de 23.894,72 € (vinte e três mil, oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos).

A estimativa orçamental das obras de urbanização foi de 115.792,64 € (cento e quinze mil, setecentos e noventa e dois euros e sessenta e quatro).

De acordo com o n.º 5 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e suas alterações, o conjunto das reduções efetuadas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do já referido artigo, não pode ultrapassar 90% do montante inicial da caução, sendo o remanescente libertado com a receção definitiva das obras de urbanização.

Assim, considero que estão reunidas as condições para a redução do montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização em 12.315,46 € (doze mil, trezentos e quinze euros e quarenta e seis cêntimos).

Face ao exposto, proponho:

- a) a redução do montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização em 12.315,46 € (doze mil, trezentos e quinze euros e quarenta e seis cêntimos);
- b) a receção provisória das obras de urbanização, nas condições expressas no respetivo auto, em anexo, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e suas alterações;

Vasco Feijão, Técnico Superior – engenharia civil

**Auto de Receção Provisória  
Das Obras de Urbanização  
Loteamento Urbano sito no Pinhal do Justino – Porto Alto**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos referentes às obras de urbanização correspondentes ao loteamento urbano em nome de António Gonçalves de Matos, sito no Pinhal do

Justino – Porto Alto, com o alvará de loteamento n.º 31/2009, de 13/02, compareceram os Srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador, Vasco Monteiro Feijão, Técnico Superior, Engenharia Civil, na qualidade de representantes da Câmara Municipal de Benavente, a fim de procederem na presença do representante do promotor, senhor António Gonçalves de Matos, à vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito das obras de urbanização.

Tendo-se verificado que as obras de urbanização se encontravam executadas de harmonia com o preconizado nos projetos de infraestruturas, e demais condições acordadas em obra, não apresentando deficiências, deteriorações por motivos imputáveis ao promotor, conforme consta no auto de vistoria de 25/11/2011 e que o promotor do loteamento entregou os quatro contentores do lixo, nas instalações da Câmara Municipal de Benavente – Estaleiro de Benavente, deliberaram considerar as obras de urbanização em condições de serem recebidas provisoriamente, iniciando-se deste modo o período de garantia fixado no n.º 5 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e suas alterações.

Pelo Senhor António Gonçalves de Matos, na qualidade de representante do promotor do loteamento, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter quaisquer reclamações ou reservas a este ato.

E reconhecendo-se nada haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Provisória, o qual, depois de lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, propõe-se a receção provisória das obras de urbanização e a redução da caução nos montantes referidos.  09 Março 2012 <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012MAR09 <b>O Vereador</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA transmitiu, que após a entrega dos quatro contentores para recolha de lixo urbano que ficaram em falta na anterior vistoria para receção provisória das obras de urbanização, os serviços consideram que este loteamento está em condições de ser recebido, propondo a retenção de dez por cento do montante da caução até à receção definitiva, e a receção das obras de urbanização nos termos do auto de vistoria.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, com base na presente informação técnica, aceitar a receção provisória das obras em apreço.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, aprovar a redução da caução prestada para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do loteamento, no montante de 12.315,46 € (doze mil, trezentos e quinze euros e quarenta e seis cêntimos), sobre a garantia bancária emitida pelo Banif – Banco de Investimento do Funchal, S.A. no valor de 23.894,72 € (vinte e três mil, oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos).

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **Ponto 18 – OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

Processo n.º 1031/2011

Requerente: Delta - Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda. e Fatem - Máquinas, Empilhadores, Tratores e Autobetoneiras

Local: R. Cravo - Samora Correia

### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 07-03-2012**

Refere-se o presente processo, ao pedido de licenciamento para a execução de obras de urbanização – arruamento, que as requerentes pretendem levar a efeito no local acima indicado.

Na sequência das observações formuladas na anterior informação técnica de 20/02/2012, as requerentes, através do requerimento com o registo de entrada n.º 3 150/2012 de 01/03, entregaram duas coleções do projeto da rede de gás natural aprovado pela Setgás.

A EDP, Distribuição, através do ofício com o registo de entrada n.º 3082/2012 de 29/02, remeteu à Câmara Municipal de Benavente, dois exemplares visados do projeto da Infraestruturas Elétricas de Iluminação Pública do Arruamento de Ligação Entre a Rua do Cravo e a Estrada da Samorena.

Face ao exposto, considera-se que estão reunidas as condições para o deferimento do pedido de licenciamento das obras de urbanização.

Caso o Executivo delibere deferir o pedido de licenciamento das obras de urbanização, fixa-se o prazo de seis (6) meses, para a conclusão das mesmas e o montante de 231 167 € (duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e sete euros), para a caução destinada a assegurar a sua boa e regular execução.

A saber:

- Arruamento + drenagem pluvial + sinalização – 165 422,25 €
- rede de abastecimento de água – 12 912 €
- rede de infraestruturas telefónicas – 10 620 €
- rede de infraestruturas elétricas – 18 453,07 €
- rede de gás natural – 2 791 €
- arranjos exteriores – 20 968,68 €

Informa-se ainda que:

- a) As requerentes deverão, no prazo máximo de um ano a contar da data da notificação do licenciamento das obras de urbanização, requerer a emissão do alvará, conforme disposto no n.º 1 do artigo 76 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e suas alterações, apresentando para o efeito os elementos previstos em portaria aprovada pelo membro do Governo responsável pelo ordenamento do território;
- b) Após a emissão do alvará, dever-se-á enviar uma cópia do mesmo à EDP e à AR – Águas do Ribatejo;
- c) As requerentes deverão respeitar o disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, que estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD,

compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação, assim como o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de setembro, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos.

Vasco Feijão, técnico superior - engenharia

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, propõe-se o deferimento do pedido de licença administrativa, observando-se as condicionantes referidas e fixando-se a caução no valor de 231.167 € (duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e sete euros).  07 Março 2012 <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.   2012MAR08 <b>O Vereador</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA referiu tratar-se dum processo que tem a ver com o prolongamento da Rua do Cravo para a interseção com a Estrada da Samorena, nas traseiras das instalações do Modelo, sendo que os serviços consideram que o licenciamento das obras de urbanização está em condições de ser deferido.

Lembrou, que as obras de urbanização em causa, depois de concluídas e vistoriadas, se estiverem conforme os projetos, integrarão o domínio público municipal como arruamentos, passeios e estacionamento.

Propôs, que a Câmara Municipal defira o pedido de licenciamento das obras de urbanização, fixe o prazo de seis meses para a conclusão das mesmas e o montante de 231.167,00 € (duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e sete euros) para a caução destinada a assegurar a sua boa e regular execução.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo**

### **05.01- Subunidade Orgânica de Acção Socioeducativa**

#### **Ponto 19 - 12.ª EDIÇÃO DO ENCONTRO DE ANTIGOS JOGADORES, TREINADORES E DIRIGENTES DO ANDEBOL DE BENAVENTE – PEDIDO DE APOIO**

Entidade: Comissão Organizadora do 12.º Encontro de Antigos Jogadores, Treinadores e Dirigentes do Andebol de Benavente

Vem a entidade referenciada em epígrafe, tendo em vista a realização do encontro anual de antigos jogadores, treinadores e dirigentes, a realizar no dia 12 de maio de 2012, solicitar o seguinte apoio:

- Cedência, a título gracioso, do Pavilhão da Escola Secundária, no dia 12 de maio, para a realização dos “Jogos de Veteranos”, que pretendem começar às 10 horas;
- 1 tasquinha de apoio ao almoço que se pretende realizar junto ao pavilhão;
- 1 estrutura de ensombramento/toldo;
- 1 contentor do lixo;
- Impressão em tamanho A4, de cerca de 100 diplomas de participação e folhetos de divulgação da iniciativa;
- Divulgação da iniciativa no site do Município;
- Oferta de 100 lembranças do Município de Benavente.

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO disse, que embora o tempo seja de contenção, trata-se duma iniciativa muito importante, porque é salutar que os antigos praticantes continuem com a ligação à Associação Desportiva e Cultural de Benavente, que não se traduz apenas na iniciativa em apreço, mas também na sua disponibilidade e colaboração em muitas organizações e em trabalhos de grande exigência, como é o caso de alguns torneios de âmbito nacional que se tem realizado em Benavente.

O SENHOR PRESIDENTE considerou importante manter os antigos treinadores, jogadores e dirigentes ligados ao que foi a sua atividade desportiva, e incentivá-los a apoiarem as organizações que vão sendo desenvolvidas, como os torneios de andebol que se realizam para as camadas jovens quer em Benavente, quer em Samora Correia, e que para a sua organização contam com o contributo de todos estes amigos do andebol, antigos praticantes, constituindo um exemplo a manter.

Acrescentou, que é importante manter unida esta família, com um pequeno contributo da Câmara Municipal como ajuda para a sua confraternização e convívio, e para alimentar o seu espírito de gosto pela modalidade e por quem a protagoniza no momento, quer em termos de direção, quer em termos de atletas.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado.

## **Ponto 20 - CARNAVAL 2012 - AGRADECIMENTO**

Entidade: ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora

*“A Direção da Arcas – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora, vem por este meio, agradecer todo o empenho e disponibilidade na colaboração prestada, através do apoio logístico e monetário, na realização de mais um carnaval, os quais se revelaram imprescindíveis para o bom sucesso do mesmo.”*

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **DESAFIO AUDACE FPCUB “I AUDACE ALPIARÇA/ALCOCHETE/ALPIARÇA – 1 DE ABRIL . PEDIDO DE PARECER**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 16 de março de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

**Ponto Extra 3 - DESAFIO AUDACE FPCUB “I AUDACE  
ALPIARÇA/ALCOCHETE/ALPIARÇA – 1 DE ABRIL  
. PEDIDO DE PARECER**

Processo n.º 5.3.0

Entidade: Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta

Assunto: Solicitam parecer relativamente ao atravessamento do Concelho de Benavente dos participantes na prova supra referida a ter lugar no próximo dia 1 de abril de 2012.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade emitir parecer favorável à realização da prova, devendo a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta contactar a Direção de Estradas de Santarém.

**INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

**11.º PASSEIO DE CICLOTURISMO LISBOA/ALPIARÇA/LISBOA – 3 DE JUNHO  
. PEDIDO DE PARECER**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 19 de março de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

**Ponto Extra 4 – 11.º PASSEIO DE CICLOTURISMO LISBOA/ALPIARÇA/LISBOA –  
3 DE JUNHO  
. PEDIDO DE PARECER**

Processo n.º 5.3.0

Entidade: Município de Alpiarça

**Informação SOASE n.º 022/2012**

Solicitam parecer relativamente ao atravessamento do Concelho de Benavente dos participantes na prova supra referida, a ter lugar no próximo dia 3 de junho de 2012.

Relativamente à pretensão, cumpre-me informar:

De acordo com o artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, o Município supra referido necessita do parecer das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a realizar, caso não seja a Câmara Municipal onde o pedido é apresentado.

Para o efeito, juntam planta com percurso assinalado, Programa e Regulamento da Prova (itinerário).

SOASE, 7 de março de 2012

A Coordenadora Técnica, Ana Infante

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade emitir parecer favorável à realização da prova.

**INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

**MONTAGEM DE ESTRUTURA DE SOMBRA**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 19 de março de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

#### **Ponto Extra 5 - MONTAGEM DE ESTRUTURA DE SOMBRA**

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Augusto Marques e Anabela Martins

Assunto: Solicitam o apoio da Câmara Municipal no que respeita à montagem de estrutura de sombra de 6mx2m, no próximo dia 22 de março, no Largo N.ª Sra. da Paz, para a realização da concentração de trabalhadores em greve.

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA disse, que com o devido respeito pelo direito à greve, parece-lhe que está a ser criada uma expectativa muito elevada em relação à greve do próximo dia vinte e dois de março.

Afirmou, que a sua posição relativamente a estas matérias não é nova, nem resulta do atual Governo, sendo do conhecimento de todos quais são as queixas que os trabalhadores em geral têm contra as medidas que vêm sendo tomadas, designadamente por efeitos do memorando da Tróika.

No entanto, não consegue discernir a razão da Câmara Municipal estar sempre a proporcionar condições que não vê noutros Municípios.

Recordou uma questão que foi um pouco comentada nos órgãos de comunicação regional, que teve a ver com o facto de, há umas quantas greves gerais atrás, ter havido trabalhadores da Câmara Municipal que, na liberdade de escolha de fazerem greve ou não, acabaram por ficar impossibilitados de trabalhar, porque outros que tinham as chaves dos respetivos edifícios, não proporcionaram a abertura dos mesmos.

Observou, que atendendo a que existem, no fundo, dois pesos e duas medidas relativamente à forma como é encarado o direito à greve, abstém-se relativamente ao presente pedido dos trabalhadores da Câmara Municipal de Benavente.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ disse, que ainda é do tempo em que as greves se faziam ao sol e à chuva, se fosse caso disso, sendo que os manifestantes nunca deixaram de as fazer, independentemente das condições atmosféricas.

Afirmou, que o pedido em apreço lhe parece, no mínimo, um pouco estranho e desajustado em relação ao que tem sido sempre a prática do direito à greve, quer seja



dos trabalhadores do Município de Benavente, quer seja de quaisquer outros, pelo que também ele se abstém na decisão a tomar.

O SENHOR PRESIDENTE disse, que a greve é um direito constitucional que os trabalhadores têm e, logicamente, cada um é livre de usar ou não esse direito, crendo que as intervenções produzidas pelos Senhores Vereadores não puseram em causa esse direito.

Afirmou, que é fácil fazer populismo duma maneira ou de outra, não sendo esse o sentido da sua intervenção.

Crê que aquilo que os trabalhadores pedem é, tão-somente, uma estrutura que a Câmara Municipal cede a todos os que a solicitam, sem qualquer custo para o Município, tendo como única finalidade a existência dum pequeno apoio no local onde se concentrem e no qual seguramente vão ter alguma iniciativa.

Em resposta à Senhora Vereadora Ana Casquinha, explicitou que nenhum dos trabalhadores que não quis fazer greve foi prejudicado pelo facto das portas estarem encerradas, sendo certo que nem ele, nem nenhum dos Senhores Vereadores substitui quem abre a porta dos Paços do Município.

Observou, que os direitos dos trabalhadores são para respeitar, e na Câmara Municipal de Benavente respeitam-se em todas as circunstâncias.

Acrescentou, que aqueles trabalhadores permaneceram à porta da Câmara Municipal porque quiseram, porquanto, impedidos que estavam de chegar ao seu local de trabalho, não tinham que estar ali presentes, bastando manifestar que não tinham feito greve.

Reiterou, que ninguém foi prejudicado em termos remuneratórios, nem lhes foi pedida qualquer explicação.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA afirmou que, tal como disse, a sua posição relativamente a estas matérias não é nova, e nem sequer tem a ver com o facto do Governo do País não ser hoje da mesma cor política que era há alguns anos atrás, crendo que certamente os trabalhadores compreenderão que não está em causa o seu direito à greve.

Recordou, que já se manifestou contra cedências de autocarro para determinada entidade sindical ir fazer piqueniques fora do concelho de Benavente, entendendo que há outras prioridades.

Embora o Senhor Presidente entenda que não existem custos na cedência da cobertura, ela entende que sim e considera que se está a abrir um precedente, não havendo necessidade de desvirtuar um pouco a forma como os trabalhadores exercem, na maior parte das vezes, o seu direito à greve.

O SENHOR PRESIDENTE reiterou, que a cedência da cobertura não tem custos para a Câmara Municipal, dado que não são trabalhadores do Município que, nas suas horas de serviço, irão montar a estrutura.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores José Rodrigues da Avó e Ana Casquinha, prestar o apoio logístico solicitado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **Ponto 21 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA**

### **SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ**

#### **1- CAMPEONATO NACIONAL DE DANÇAS DE SALÃO**

Congratulou a AREPA – Associação Recreativa do Porto Alto pela organização do Campeonato Nacional de Danças de Salão, que decorreu muito bem no fim de semana anterior, tendo constituído uma jornada agradável que praticamente encheu a estrutura do pavilhão gimnodesportivo do Porto Alto.

## **2- ENCONTRO DE COROS**

Endereçou os parabéns ao Coro do Município, por mais um Encontro de Coros que teve lugar no passado fim de semana.

Observou, que pese embora as contenções orçamentais, os elementos do Coro do Município continuam sempre predispostos a colaborar e a prestar alguns espetáculos aos munícipes.

## **3- ASSALTO VIOLENTO NOS FOROS DA CHARNECA**

Transmitiu uma notícia que foi veiculada hoje nos órgãos de comunicação social, relativa à ocorrência de um assalto a um casal de idosos nos Foros da Charneca, com contornos de alguma violência.

Disse não ser uma situação nova, dado que já na semana anterior tinham havido várias tentativas de assalto naquela zona, sendo que alguns moradores contam que também se têm ouvido tiros, provavelmente para afastar os meliantes, o que trás mais uma vez à Câmara Municipal o assunto da segurança como um dos temas principais.

Recordou, que esta situação já ocorreu há uns tempos atrás na zona dos Arados, sendo notório que as zonas de povoamento mais disperso onde se situam as quintas, nas quais os proprietários não passam muito tempo, são atrativas para que os amigos do alheio possam fazer as suas incursões e pôr em perigo quer os bens dos munícipes, quer até a sua própria integridade física.

Tendo em conta que aquela agressão certamente teve um impacto bastante negativo nos munícipes que foram alvo do assalto, perguntou se a Câmara Municipal lhes está a prestar apoio psicológico, ou se sabe se os mesmos são seguidos por via do Governo Central ou do Centro de Saúde local.

Questionou acerca do ponto de situação do *dossier* que foi entregue ao Senhor Ministro da Administração Interna há alguns anos atrás, crendo que a única ação evidente foi o reforço policial na freguesia de Samora Correia.

## **4- INTERVENÇÃO A NÍVEL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Referiu, que tem recebido algumas críticas acerca de iluminação pública, no âmbito da campanha que a Câmara Municipal fez (e muito bem) de desligar algumas lâmpadas, sendo que lhe chegaram comentários de que existem algumas luzes desligadas em zonas mais despovoadas, como é o caso do sítio onde ocorreu o assalto que mencionou anteriormente, na Reta dos Foros da Charneca, existindo outros locais que, não sendo povoados, têm melhor iluminação, e que passou a exemplificar.

Observou que embora indevidamente, a população começa a associar a onda de assaltos à campanha de redução de custos com a eletricidade, sendo que eventualmente convinha rever um pouco a situação nas zonas rurais e pedir a substituição de algumas lâmpadas mais fracas por outras mais fortes.

## **SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS**

### **1- REUNIÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL**

Disse, que na sexta-feira anterior reuniu o Conselho Local de Ação Social, que contou com a presença do Senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, a fim de fazer a apresentação da proposta de criação de três cantinas sociais no Município de Benavente.

Transmitiu, que o projeto prevê que sejam cantinas sociais que não tragam nenhum acréscimo de custos para as instituições, funcionando no regime de *take away*, tendo tido oportunidade de explicitar que esse modelo já é praticado há três anos pela Câmara Municipal de Benavente.

Acrescentou, que a proposta de se manterem as três instituições que já fornecem as refeições por conta da Câmara Municipal reuniu rapidamente o consenso geral, tendo ficado acordado que será estabelecido protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente, Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias e Centro de Bem-Estar Social de Santo Estêvão.

Observou, que cada cantina social poderá fornecer diariamente um máximo de oitenta refeições.

## **2- IX ANIVERSÁRIO DO CORO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE**

Saudou o Coro do Município de Benavente pela passagem do seu nono aniversário que, há semelhança dos anos anteriores, foi festejado com a realização de um encontro de coros, dinamizando uma noite coralista na igreja matriz de Benavente.

Na sequência das intervenções dos Senhores Vereadores, o **SENHOR PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

### **1- CAMPEONATO NACIONAL DE DANÇAS DE SALÃO**

Associou-se aos votos de congratulação à AREPA – Associação Recreativa do Porto Alto, em nome da Câmara Municipal, pela realização do Campeonato Nacional de Danças de Salão, e cuja organização se constituiu como um êxito.

## **2- IX ANIVERSÁRIO DO CORO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE**

Em nome da Câmara Municipal, saudou o Coro do Município de Benavente, o seu maestro e os seus protagonistas, pelo seu nono aniversário e pela realização do Encontro de Coros, que constituiu um momento importante dos que amam o canto coletivo e que dedicam o seu tempo ao afinar das suas vozes e harmonizá-las com a música, e que muito honram o Município de Benavente.

### **3- ASSALTO VIOLENTO NOS FOROS DA CHARNECA**

Comentou, que se procura associar o assalto violento que ocorreu nos Foros da Charneca ao facto dos visados viverem naquela localidade, mas o objetivo dos gatunos era a ourivesaria situada em Benavente e, portanto, a vida do casal foi suficientemente estudada para conhecerem os seus hábitos e para atuarem daquela maneira.

Observou, que não foi a maior ou menor iluminação pública que teve a ver com aquele assalto, que estava devidamente organizado, tendo-se os ladrões servido do isolamento para sequestrar a esposa, entrando na habitação de madrugada, e esperando então o marido, que retiveram noutro quarto, foram operando em função daquilo que o casal aterrorizado ia debitando.

Afirmou, que não existe maior segurança nas zonas urbanas do que nas zonas rurais do Município de Benavente, havendo mesmo maior participação e atenção dos

concidadãos em relação ao crime, sendo que os tiros que por vezes se ouvem à noite, são uma característica das zonas rurais, onde os habitantes utilizam as suas armas quando se apercebem de movimentos estranhos.

Disse que, no entanto, advoga que os munícipes tenham cada vez menos armas, porque assim, seguramente, haverá menos crime, tendo que haver mais confiança na justiça portuguesa.

Reiterou, que o assalto nos Foros da Charneca é claramente uma situação que não tem que se confundir com a vivência das populações.

Transmitiu, que a Câmara Municipal tem procurado acompanhar muito de perto situações de segurança que se verificam em zonas atrativas para o roubo, como é o caso das áreas turísticas, sendo que o sistema de vigilância que está montado não tem detetado situações que mereçam especial realce.

#### **4- INTERVENÇÃO A NÍVEL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Explicitou, que o Executivo tomou a decisão de diminuir custos com a iluminação pública, face à necessidade de contenção a que está obrigado, porquanto a fatura a pagar por cada lâmpada é na ordem dos trinta a trinta e cinco euros por ano.

Disse, que para além da introdução dos denominados relógios astronómicos que está ainda em curso, a Câmara Municipal decidiu eliminar algumas lâmpadas que eram claramente desnecessárias, mas sempre com a preocupação de corrigir algumas situações transmitidas pela população.

O **Senhor Vereador Carlos Coutinho**, pedindo o uso da palavra, referiu que o operador da EDP não colocou o devido dístico em todos os postes, como estava acordado, havendo por vezes algumas situações que são dúbias relativamente a fazerem parte das lâmpadas que foram mandadas desligar, ou se é a própria lâmpada que está com problemas, tendo sido acertado com a EDP que rapidamente irão colocar ou pintar os dísticos, para que fiquem identificadas todas as luminárias que fazem parte da intervenção.

O **Senhor Presidente**, retomando a palavra, disse que a intervenção a nível da iluminação pública não é um processo puramente administrativo, porque o Executivo está presente para servir as populações e explicar que é preciso tomar medidas de contenção e para assumir as suas responsabilidades, mas está também perfeitamente aberto a que lhe apontem os erros e a corrigi-los.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou a seguinte informação:

#### **1- REUNIÃO DESCENTRALIZADA DO CONSELHO DIRETIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

Transmitiu, que na passada terça-feira o Município de Benavente acolheu uma reunião descentralizada do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), desafio que não pôde deixar de aceitar, por razões que se prendem com as funções que exerce há mais de vinte anos, enquanto Vice-Presidente daquela Associação.

Explicitou, que é costume que quem recebe dê o alojamento, o almoço e o jantar aos membros do Conselho Diretivo da Associação e, no momento difícil que se atravessa, teve o cuidado de transmitir à Secretaria Geral da ANMP que a Câmara Municipal não poderia assumir os custos da hospedagem, mas tão-somente do almoço, assumindo ele próprio os custos do jantar e dos produtos regionais a oferecer.

Observou, que era sua intenção convidar todos os Senhores Vereadores a estar presente naquela reunião, porque entendia que para além de se tratar duma jornada de trabalho, era-o também de convívio com os mais diversos eleitos que o Congresso do Poder Local escolheu para a sua Direção, mas não quis aumentar custos. Recordou, que em representação da ANMP, acompanhou a questão relativa à Lei dos Compromissos, sendo que na véspera da reunião do Conselho Diretivo, foi recebido um projeto de Decreto Regulamentar que continha muitas das preocupações que havia transmitido à Câmara Municipal e ao Governo do País.

Acrescentou, que da apreciação feita pelo Conselho Diretivo, foram tomadas outras medidas que se concretizaram numa reunião realizada na quarta-feira seguinte com o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, e que permitem dizer que, de facto, sem deixar de assumir perante o País o compromisso de diminuição da dívida a curto prazo das autarquias (que apenas pode ser conseguida à custa da gestão municipal e da diminuição das despesas), o Decreto Regulamentar vem estabelecer um conjunto de normas que permitem que a Câmara Municipal de Benavente (cujas saúde financeira não tem comparação com a generalidade das câmaras municipais do País) possa dispor do fundo disponível, embora sempre com o cuidado de que se houver aumento do endividamento em cada mês, tem que haver a necessária correção.

Afirmou, que aquele projeto de Decreto Regulamentar foi trabalhado, flexibilizado e compreendido por um conjunto de técnicos que dão assessoria à Secretaria de Estado do Orçamento, e crê que traduz o bom senso que deve presidir à elaboração das leis, porquanto estas não podem pôr em causa a operacionalidade e o importante serviço que as autarquias prestam ao País, devendo antes evitar que haja situações de completo descalabro financeiro reais e demonstráveis.

Crê que a reunião do Conselho Diretivo da ANMP que decorreu em Benavente se pode considerar extraordinariamente positiva e fundamental para a operacionalização do poder local e para a sua capacidade de resposta, sendo que aquilo que dessa reunião resultou, teve imediata compreensão e aceitação por parte do Ministério da Finanças, contribuindo dessa forma para que o Decreto Regulamentar seja razoável e aplicável às autarquias.

Deu nota, que esteve presente a nova Direção da Águas de Portugal, empresa que tem pela frente o problema gravíssimo de ser um sistema que não está verticalizado, fornecendo água em alta aos municípios que aderiram ao mesmo, e que depois a vendem a um preço inferior ao que lhes é cobrado, gerando um défice enorme para com a Águas de Portugal.

Transmitiu, que o Conselho Diretivo da ANMP abordou questões relativas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e às decisões que foram tomadas pelo Ministério das Finanças e que se prendem com a reprogramação do QREN, a qual irá ser feita deixando cair todos os projetos que tenham mais de seis meses e que estejam parados (situação que pode pôr em risco a saúde financeira de muitos municípios), para além de se colocar a questão (embora ainda sem certezas) de que não pode haver novas candidaturas, incluindo mesmo o que já estava na Bolsa de Mérito.

Afirmou, que irá tentar acompanhar de muito perto aquelas situações, até porque a Câmara Municipal tem uma taxa de execução acima dos cem por cento, e estava previsto no regulamento que quem cumprisse, tinha acesso à Bolsa de Mérito.

Concluiu, informando que na sequência da reunião do Conselho Diretivo da ANMP e das decisões tomadas sobre a Lei dos Compromissos, e porque tinha assumido essa responsabilidade na CIMLT, efetuou uma reunião com todos os colegas eleitos na qual clarificou a situação, após o que irão todos calcular qual é o fundo disponível a que têm acesso e acompanhar de perto a situação, sendo que se mostra necessário para efeitos de cumprimento da Lei dos Compromissos, a realização de algumas ações de formação para os funcionários que estão ligados ao setor da contabilidade.

## **Ponto 22 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- II.<sup>a</sup> Alteração do Orçamento e às Grandes Opções do Plano / Proposta;
- Empreitada de: “Conservação e Restauro de Marmoreados no Edifício dos Paços do Concelho de Benavente” - Correção de Anomalias / Acionamento de caução e reforço de caução / Informação Complementar;
- Empreitada de: “Parque Ribeirinho de Samora Correia – Arranjo Urbanístico” - Deficiências de Construção / Acionamento de caução;
- Loteamento Urbano / Exposição;
- Loteamento Urbano / Vistoria para Receção Provisória das Obras de Urbanização;
- Obras de Urbanização;
- Montagem de estrutura de sombra.

## **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta e nove minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, Chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, a subscrevi e assino.



# **Município de Benavente**

## **ANEXO**

- **II Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012** (6 folhas)

**Reunião da Câmara Municipal de 19 de março de 2012**

# **2.ª Alteração ao Orçamento**

**da RECEITA e da DESPESA  
para o ano financeiro de**



**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal .. Reunião de 19/03/2012





## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 2

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>02</b>	<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0103	Segurança social					
02 010304	Outras prestações familiares	1.000,00	2.500,00		3.500,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020203	Conservação de bens	544.082,00		60.000,00	484.082,00	
02 020212	Seguros	83.500,00	13.910,00		97.410,00	
02 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	97.300,00	15.000,00		112.300,00	
	<b>Despesas Correntes:</b>	<b>725.882,00</b>	<b>31.410,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>697.292,00</b>	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070103	Edifícios					
02 07010302	Instalações desportivas e recreativas	311.777,00		50.000,00	261.777,00	
02 07010305	Escolas					
02 0701030502	Reparação e beneficiação	2.448.445,00		59.846,00	2.388.599,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	364.454,00	227.450,00		591.904,00	
02 07010408	Viação rural	147.375,00		75.000,00	72.375,00	
02 070108	Software informático	50.050,00	44.400,00		94.450,00	
02 070110	Equipamento básico					
02 07011002	Outro	97.600,00	530,00		98.130,00	
02 070115	Outros investimentos	46.400,00	15.045,00		61.445,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0805	Administração local					
02 080501	Continente					



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 2

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 08050102	Freguesias	575.852,00		73.989,00	501.863,00	
	Despesas de Capital:	4.041.953,00	287.425,00	258.835,00	4.070.543,00	
	Total do Orgão 02:	4.767.835,00	318.835,00	318.835,00	4.767.835,00	
	Total de despesas correntes:	725.882,00	31.410,00	60.000,00	697.292,00	
	Total de despesas de capital:	4.041.953,00	287.425,00	258.835,00	4.070.543,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	4.767.835,00	318.835,00	318.835,00	4.767.835,00	

#### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

#### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....



# **2.<sup>a</sup> Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

**para o ano financeiro de**

# **2012**

**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal ... Reunião de 19/03/2012



## Município de Benavente

# MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Alteração Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas									Anos Seguintes				
		Dotação Atual					Ano Corrente - 2012			Dotação Corrigida															
		Org.	Económica				Inicio	Fim		Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes				
01						EDUCAÇÃO						4.230.773,00	0,00	4.230.773,00	-59.846,00		4.170.927,00	0,00	4.170.927,00						
01	001					Educação pré-escolar						101.630,00	0,00	101.630,00	-60.000,00		41.630,00	0,00	41.630,00						
01	001	2010	30			Arranjos Exteriores escolas pré- primárias						80.930,00	0,00	80.930,00	-60.000,00		20.930,00	0,00	20.930,00						
01	001	2010	30	2		Escola n.º 1 Benavente	02	0701030502	03	01/10	12/12	38.220,00	0,00	38.220,00	-30.000,00		8.220,00	0,00	8.220,00						
01	001	2010	30	3		Escola pré-primária Areias	02	0701030502	03	01/10	12/12	37.300,00	0,00	37.300,00	-30.000,00		7.300,00	0,00	7.300,00						
01	002					Ensino básico						4.056.993,00	0,00	4.056.993,00	154,00		4.057.147,00	0,00	4.057.147,00						
01	002	2010	31			Arranjos exteriores escolas primárias						69.480,00	0,00	69.480,00	154,00		69.634,00	0,00	69.634,00						
01	002	2010	31	4		Escola Primária da Barrosa	02	0701030502	03	01/10	12/12	1.450,00	0,00	1.450,00	154,00		1.604,00	0,00	1.604,00						
03						TEMPOS LIVRES E DESPORTO						602.643,00	0,00	602.643,00	-50.000,00		552.643,00	0,00	552.643,00						
03	001					Desporto, recreio e lazer						602.643,00	0,00	602.643,00	-50.000,00		552.643,00	0,00	552.643,00						
03	001	2010	33			Construção balnearios no Polivalente Santo Estevão	02	07010302	03	01/10	12/12	75.000,00	0,00	75.000,00	-50.000,00		25.000,00	0,00	25.000,00						
06						HABITAÇÃO, ORDENAMENTO TERRITÓRIO E URB.						233.700,00	0,00	233.700,00	15.045,00		248.745,00	0,00	248.745,00						
06	002					Ordenamento do Território						108.100,00	0,00	108.100,00	15.045,00		123.145,00	0,00	123.145,00						
06	002	2002	25			Revisão Plano Director Muncipal/PMOT's	02	070115	01	01/02	12/12	46.400,00	0,00	46.400,00	15.045,00		61.445,00	0,00	61.445,00						
07						PROTECÇÃO CIVIL						338.172,00	0,00	338.172,00	530,00		338.702,00	0,00	338.702,00						
07	003					Segurança Edifícios Municipais						20.000,00	0,00	20.000,00	530,00		20.530,00	0,00	20.530,00						
07	003	2011	6			Aq. Inst. eq. detecção incêndios edif. Municipais	02	07011002	02	01/11	12/12	1.100,00	0,00	1.100,00	530,00		1.630,00	0,00	1.630,00						
11						EQUIPAMENTO RURAL E URBANO						1.422.471,00	150.000,00	1.572.471,00	-133.989,00		1.288.482,00	150.000,00	1.438.482,00						
11	001					Espaços verdes						1.050.458,00	150.000,00	1.200.458,00	-60.000,00		990.458,00	150.000,00	1.140.458,00						
11	001	2010	5038			Manutenção e conservação de jardins e zonas verdes						342.500,00	0,00	342.500,00	-60.000,00		282.500,00	0,00	282.500,00						
11	001	2010	5038	3		Manutenção jardins e zonas verdes	02	020203	02	01/10	12/12	307.500,00	0,00	307.500,00	-60.000,00		247.500,00	0,00	247.500,00						
11	004					Cemitérios						207.950,00	0,00	207.950,00	-73.989,00		133.961,00	0,00	133.961,00						
11	004	2009	5005			Apoio à construção de Casa Mortuária em Samora Correia	02	08050102	01	01/09	12/12	150.000,00	0,00	150.000,00	-73.989,00		76.011,00	0,00	76.011,00						
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						673.287,00	368.519,00	1.041.806,00	152.450,00		825.737,00	368.519,00	1.194.256,00						
12	001					Ruas e arruamentos						465.912,00	323.519,00	789.431,00	227.450,00		693.362,00	323.519,00	1.016.881,00						
12	001	2005	29			Benef./ reabilitação rede urbana concelhia						42.400,00	215.280,00	257.680,00	1.450,00		43.850,00	215.280,00	259.130,00						
12	001	2005	29	3		Arruamentos de Santo Estevão e Foros de Almada	02	07010401	03	01/05	12/12	3.300,00	116.380,00	119.680,00	1.450,00		4.750,00	116.380,00	121.130,00						
12	001	2009	19			Circular Urbana a Samora Correia	02	07010401	03	01/09	12/12	287.750,00	0,00	287.750,00	226.000,00		513.750,00	0,00	513.750,00						
12	002					Rede Viária e sinalização						207.375,00	45.000,00	252.375,00	-75.000,00		132.375,00	45.000,00	177.375,00						
12	002	2011	25			Pavimentação de caminhos em Santo Estevão	02	07010408	03	01/12	12/12	105.000,00	0,00	105.000,00	-75.000,00		30.000,00	0,00	30.000,00						
14						EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS						161.550,00	66.000,00	227.550,00	44.400,00		205.950,00	66.000,00	271.950,00						
14	001					Aquisição						95.050,00	66.000,00	161.050,00	44.400,00		139.450,00	66.000,00	205.450,00						
14	001	2012	14			Informatização dos Serviços						85.050,00	50.000,00	135.050,00	44.400,00		129.450,00	50.000,00	179.450,00						



**MODIFICAÇÕES  
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

**Ano de 2012**  
**Alteração Nº 2**

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas									Anos Seguintes			
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Ano Corrente - 2012 Modificação		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes			
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total							
14	001	2012	14	2		Software informático	02	070108	02	01/12	12/12	50.050,00	50.000,00	100.050,00	44.400,00		94.450,00	50.000,00	144.450,00					
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												1.103.070,00	166.380,00	1.269.450,00	-31.410,00	0,00	1.071.660,00	166.380,00	1.238.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_